

RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (RIV)



Reciclagem GG
Servidão Euclides Manoel Ferreira, nº 168 – São João do Rio Vermelho,
Florianópolis/SC
2026

Orientações Iniciais

- O Termo de Referência (TR) é vinculante, de forma que não serão admitidos RIV em desacordo com este. Nesse sentido, não serão admitidos RIV que alterem a estrutura do formulário ou não atendam às exigências mínimas de preenchimento.
- Todas as afirmações e análises técnicas devem ser subscritas por profissionais legalmente habilitados nas áreas de urbanismo e planejamento urbano (o responsável técnico pela coordenação do EIV deverá ser engenheiro civil, geógrafo ou arquiteto, podendo profissionais de outras áreas integrarem a equipe elaboradora do estudo), com a apresentação das Anotações e/ou Registros de Responsabilidade Técnica e seus códigos de atuação devidamente observados quando dos preenchimentos da ART ou RRT junto aos respectivos Conselhos de Classes Profissionais.
- Recomendamos que o responsável pelo projeto arquitetônico da edificação integre a equipe do EIV. O EIV é um estudo técnico e deve seguir as normas técnicas legais, notadamente a ABNT NBR 6023/2002 - Informação e documentação - Referências – Elaboração. Dessa forma, toda informação fornecida deve ser creditada aos responsáveis e devidamente referenciadas.
- O EIV é um estudo de análise urbana. Assim, as bibliografias utilizadas devem se enquadrar principalmente na área de conhecimento do urbanismo e planejamento urbano.
- O RIV deve ser sucinto e preciso nas suas informações, constando apenas informações pertinentes e diretamente relacionadas à análise dos impactos (social, econômico e ambientais correspondentes aos impactos urbanísticos na vizinhança) a serem gerados pelo empreendimento e às medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias propostas.
- O RIV deve realizar análise sintética e objetiva e possuir linguagem clara, com o emprego de material gráfico, sempre que necessário.
- As análises deverão considerar os impactos na área de vizinhança do empreendimento durante as fases de implantação e operação do empreendimento/atividade.
- O EIV é um estudo urbano e, como tal, os mapas são referenciais de análise essenciais, devendo ser anexados no seu formato original.
- Os mapas deverão seguir as normas cartográficas vigentes, contendo todos os elementos obrigatórios, especificações e informações necessárias para seu completo entendimento, devendo estar georreferenciados com coordenadas planas UTM em Datum horizontal SIRGAS 2000 zona 22S.
- As fotografias utilizadas devem ser atuais e datadas, sendo capturadas até seis (6) meses antes da data de protocolo do RIV. Devem ser selecionadas para representar a situação local com precisão.
- O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) terá validade de 3 anos. Caso as obras do empreendimento objeto do EIV não tenham iniciado, deverá o proponente do estudo após esse prazo apresentar justificativa técnica que o mesmo continua válido considerando as modificações ocorridas na área de influência direta do EIV.
- O levantamento expedito da Área de Influência Direta – AID deverá ser apresentado no formato especificado por Instrução Normativa específica.

Sumário

1. Identificação do Empreendimento	4
1.1. Nome e Localização do Empreendimento	4
1.2. Identificação do Empreendedor	4
1.3. Identificação dos autores do EIV e Projeto Arquitetônico	4
Estudo de Impacto de Vizinhança.....	4
1.4. Titulação do Imóvel	5
1.5. Informações Prévias.....	5
Processos correlatos	5
1.6. Descrição do Empreendimento	7
2. Delimitação e Caracterização da área de Influência Direta e Indireta (AID e AII)	13
3. Diagnósticos e Prognósticos.....	16
3.1. Adensamento Populacional.....	16
3.2. Equipamentos Urbanos na AID	17
3.3. Equipamentos Comunitários na AID	20
3.4. Análise de Uso e Ocupação do Solo	22
3.5. Valorização Imobiliária na AII	23
3.6. Mobilidade Urbana	25
3.7. Conforto Ambiental Urbano	34
3.8. Paisagem Urbana e Patrimônio Natural e Cultural	35

1. Identificação do Empreendimento			
1.1. Nome e Localização do Empreendimento			
Enquadramento (conforme Instrução Normativa Atual)	Empreendimento classificado como atividade potencialmente geradora de impacto, conforme Instrução Normativa vigente do Município de Florianópolis.		
Classificação (conforme art. 4º da Lei Municipal 11.029/2023)	XVII - triagem, tratamento, recuperação, reciclagem, beneficiamento e transbordo de resíduos de qualquer natureza		
Usos (conforme Anexo F02 - Adequação de Usos para Aprovação e Licenciamento de Obras e Edificações, da LC nº 482/2014)	Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais”, conforme Anexo F02 da LC nº 482/2014		
Nome fantasia (se houver)	Reciclagem GG		
Logradouro	Servidão Euclides Manoel Ferreira	Número	sn
Complemento		CEP	88.060-149
Bairro/Distrito	São João do Rio Vermelho		
Inscrições Imobiliárias	32.18.075.0955.001.490		
Matrículas	-		
1.2. Identificação do Empreendedor			
Nome	Gustavo Smarczewski gil		

1.3. Identificação dos autores do EIV e Projeto Arquitetônico				
Estudo de Impacto de Vizinhança				
Nome	Moray Engenharia			
CPF/CNPJ	30.107.702/0001-30			
Coordenador do EIV				
Nome do Profissional	Shaline Candaten Guirland			
Qualificação	Engenheira Civil	Registro Profissional	155786-0	
Demais membros da equipe				
Nome do Profissional	Função	Qualificação	Item	Registro Profissional
Shaline Candaten Guirland	Responsável técnica	Engenheira Civil	Adensamento populacional	155786-0
Shaline Candaten Guirland	Responsável técnica	Engenheira Civil	Valorização imobiliária	155786-0
Shaline Candaten Guirland	Responsável técnica	Engenheira Civil	Geração de tráfego e demanda por transporte	155786-0

Fabiane Fuentes	Apoio Técnico/Elaboração do estudo	Licenciada em Ciências Biológicas	Conforto ambiental urbano (Ventilação e iluminação)	Não aplicável
Fabiane Fuentes	Apoio Técnico/Elaboração do estudo	Licenciada em Ciências Biológicas	Paisagem urbana e patrimônio natural e cultura	Não aplicável
Shaline Candaten Guirland	Responsável técnica	Engenheira Civil	Equipamentos urbanos e comunitários	155786-0
Projeto Arquitetônico				
Nome da Empresa (se houver)	Moray Engenharia			
Responsável Técnico	Shaline Candaten Guirland	Registro profissional	155786-0	

1.4. Titulação do Imóvel	
Matrícula (devem ser descritas todas as matrículas apontadas no item 1.1.)	Cartório de Registro de Imóveis
32.18.075.0955.001.490	-

1.5. Informações Prévias							
Processos correlatos							
(apresentar os números dos processos de consulta de viabilidade, diretrizes urbanísticas prévias, aprovação de projeto, licenças ambientais - LAP, LAI, LAO, supressão de vegetação, etc. - autorizações de demolição e outros)							
Nome do Processo				Número do Processo/Ano			
Consulta Ambiental – GeoFloripa				17749610319404/2026			
Consulta para fins de instalação de atividade econômica				004175/2026			
Zoneamentos incidentes							
(Anexo F01 da LC n. 482/2014 - Listar os zoneamentos incidentes e adicionar figura do site https://geoportal.pmf.sc.gov.br/map ligando a camada “Zoneamento – Decreto Mun. N° 25.301/2023” no grupo “Plano Diretor Vigente” e “Google Satélite” no grupo “Mapas Base”. Destacar as inscrições imobiliárias na imagem)							
Sigla	Nº Pavimentos		Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa Imper. Máxima (%)	Altura Máxima Edificação (m)	Coeficiente de Aproveitamento (CA)	
	Padrão	Acrésc. TDC				CA Básico	CA Máx. Total
Arm- 2.5	2		50%	70%	9,00m	1.0	2.0

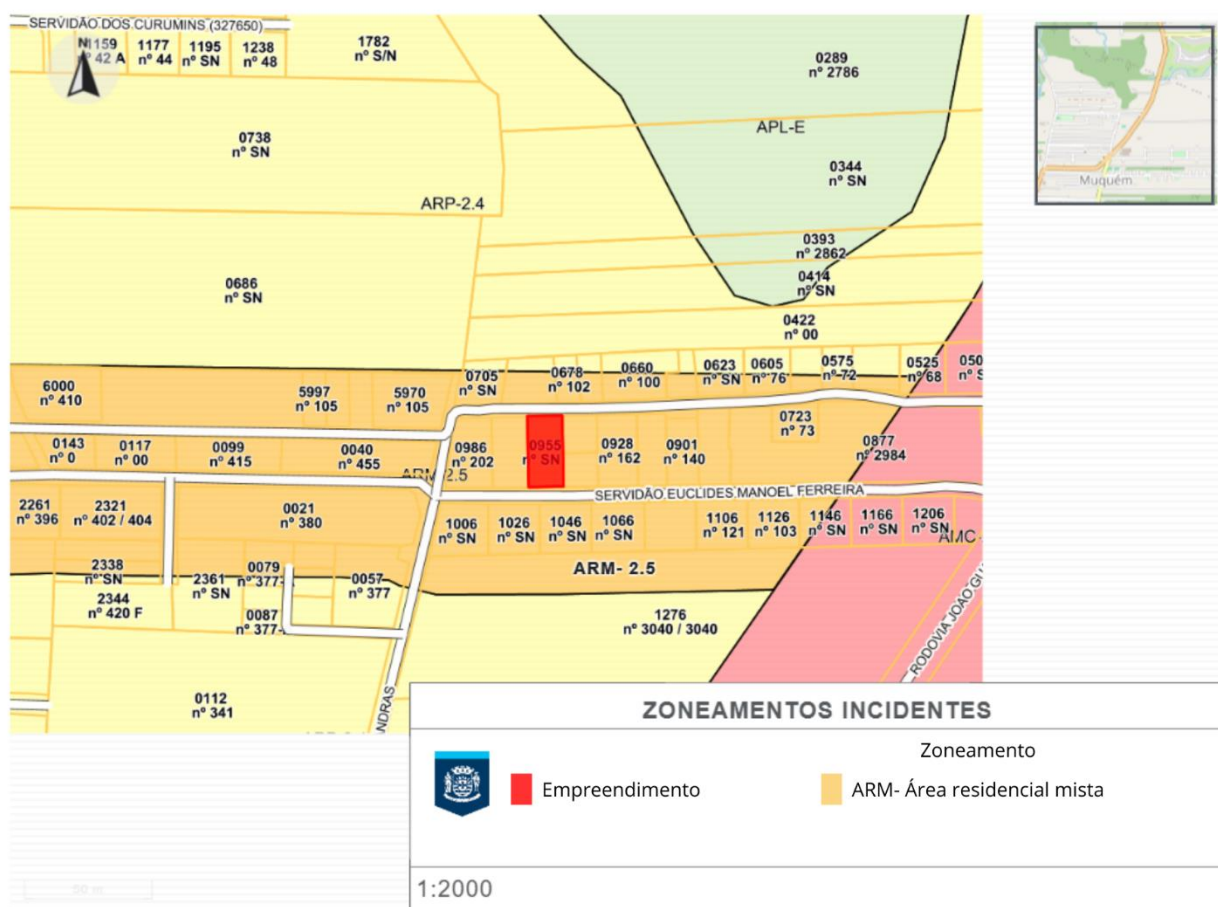


Figura 1 – Localização do imóvel com destaque da inscrição imobiliária, conforme consulta ao GeoPortal do Município de Florianópolis, com sobreposição de imagem de satélite.

Áreas Especiais de Intervenção Urbanística

(Apresentar os zoneamentos secundários incidentes)

Não foram identificadas Áreas Especiais de Intervenção Urbanística incidentes sobre o imóvel em análise, conforme verificação no GeoPortal do Município de Florianópolis.

dUnidade Territorial de Planejamento

(Conforme Plano Municipal de Saneamento Básico, 2021, pag. 165)

Unidade Territorial de Planejamento (UTP) – Índice de Salubridade Ambiental (ISA)

O empreendimento está inserido na Unidade Territorial de Planejamento (UTP) correspondente à região do bairro São João do Rio Vermelho, conforme Plano Municipal de Saneamento Básico (2021), sendo caracterizada por ocupação predominantemente residencial com presença de atividades comerciais e de serviços de pequeno porte.

Licenças Ambientais

(As licenças listadas deverão ser anexadas ao RIV)

Empreendimento passível de licença ambiental?

(x) Sim () Não

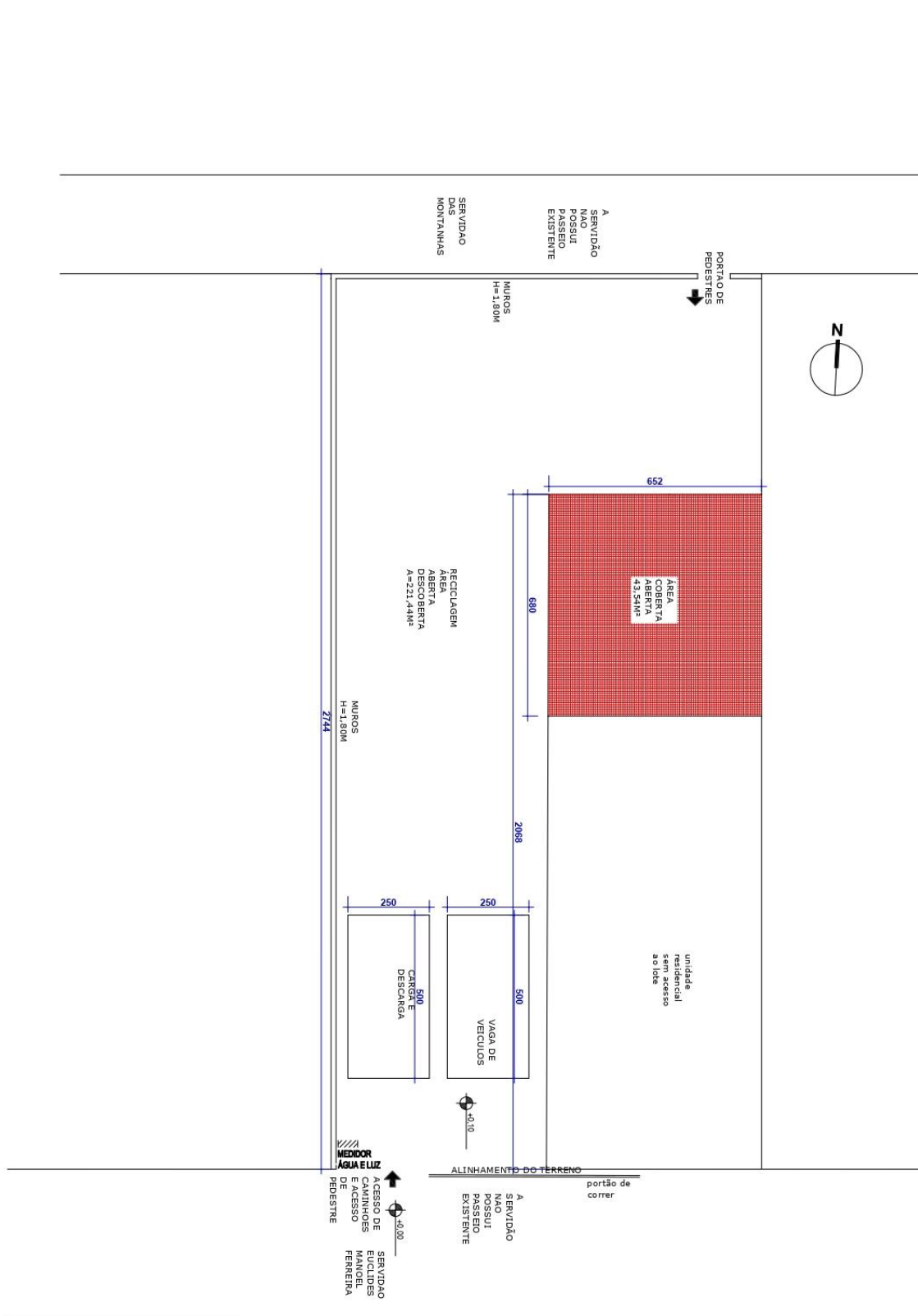
No caso de já ter sido licenciado	
Nomear e anexar a licença	Comentário sobre a pertinência das medidas para o EIV (máx. 500 caracteres)
-	-
Diretrizes Urbanísticas (caso aplicável) <i>(Descrever de forma sucinta as soluções adotadas para o atendimento das diretrizes obrigatórias, máx. 1500 caracteres)</i>	
O empreendimento atende às diretrizes urbanísticas municipais, respeitando o uso do solo permitido para a atividade de reciclagem. A implantação ocorre em área já antropizada, com operação de pequeno porte, sem geração significativa de impactos urbanísticos relevantes, considerando a baixa intensidade de fluxo e a ausência de grande demanda por infraestrutura pública.	
Empreendimento se enquadra como PGT	PGT-01 () PGT-02 () NÃO (x)
Diretrizes do PGT-02 (quando aplicável) <i>(Descrever de forma sucinta as soluções adotadas para o atendimento das diretrizes, máx. 1500 caracteres)</i>	
-	
Outras informações pertinentes <i>(Indicar outras informações dispostas nos mapas temáticos do Município - GeoPortal, principalmente no caso de áreas com suscetibilidade à inundação, topos de morros, declividades e vegetação. Descrever brevemente e, se necessário, anexar figura ao final do RIV, máx. 10 linhas)</i>	
Descrição (máx. 500 caracteres)	Anexo
Não aplicável	

1.6. Descrição do Empreendimento
Mapa ou Croqui de Localização <i>(Anexar mapa em formato PDF em escala adequada)</i>
O empreendimento está localizado na Servidão Euclides Manoel Ferreira, bairro São João do Rio Vermelho, Florianópolis/SC, conforme ilustrado na figura abaixo.



Implantação do Empreendimento

(Anexar planta de implantação em formato PDF contendo no mínimo detalhamento dos acessos, passeios, área de acumulação de veículos, vagas de carga e descarga, recuos e demais itens que interfiram no sistema viário do entorno)



Descrição dos usos e atividades						
<i>(Descrever brevemente as principais atividades, seus horários de funcionamento e os horários de pico, máx. 2000 caracteres)</i>						
A operação ocorre com a recepção de materiais por meio de veículo de pequeno porte (caminhão leve), responsável pelo transporte das sucatas até o local. No interior do imóvel é realizada a triagem manual dos resíduos, com separação de componentes de maior valor agregado, como motores de eletrodomésticos e peças reutilizáveis. Os materiais não reaproveitados permanecem armazenados no fundo do terreno até sua retirada periódica. A destinação final ocorre por meio de empresa recicladora, que realiza a coleta dos resíduos acumulados, em média, a cada dois ou três meses, com auxílio de equipamento mecânico (garra hidráulica), operado a partir de via de acesso posterior ao imóvel (servidão das montanhas). O empreendimento não possui quadro formal de funcionários, sendo operado exclusivamente pelo proprietário e um auxiliar familiar. O horário de funcionamento ocorre no período diurno, estendendo-se da manhã até o início da noite.						
Descrição Quantitativa do Empreendimento						
Área total do terreno (m²)	182,25 m²					
Área de recuo viário (m²)	92,40 m²					
Área remanescente (m²)	Aproximadamente 89,85 m²					
Incentivos utilizados	01 pavimento					
Número de torres	Não se aplica					
Uso de Outorga Onerosa do Direito de Construir (m²)						
() Sim	Área de Incidência <i>(máx. 100 caracteres)</i>					
(x) Não	-					
Uso de Transferência do Direito de Construir (m²)						
() Sim - venda () Sim - compra (x) Não	Proveniência <i>(máx. 100 caracteres)</i>					
	-					
	Valor do m²					
	Não se aplica ao tipo de empreendimento					
Limite de Ocupação						
Parâmetro	Permitidos PD 482/2014			Utilizados		
Coefficiente de Aproveitamento (CA)	-			-		
Número de Pavimentos	Básico	Acres. TDC	Básico	TDC	Incentivos	Total
	1	-	1	-	-	1
Taxa de Impermeabilização						
Área do lote (m²)	182,25 m²			100%		
Área sem obstáculo à infiltração de água (m²)	60 m²			33 %		
Área de terraço (profundidade maior que 30cm) (m²)	-			-		

Área de Pavimentação Drenante (m² equivalente)			m²		%		
Área com sistema de captação de águas pluviais (m²)			m²		%		
Área impermeabilizada (m²)			122,25 m²		67 %		
Taxa de Ocupação		Área (m²)	%	Área (m²)	%		
	Subsolo	-	-	-	-		
	Base	89,85 m²	49%	89,85 m²	49%		
	Torre	-	-	-	-		
Quadro de Áreas das Unidades Privadas							
Unidades Habitacionais/Hospedagem		Número de dormitórios	Total de unidades		Área privativa média		
		-	-		-		
		-	-		-		
		-	-		-		
		-	-		-		
Unidades Comerciais/Serviços		Tipo	Número		Área média		
		-	1		89,85 m²		
		-	-		-		
		-	-		-		
Quadro de Áreas do Empreendimento							
(Quadro de áreas total e total computável do empreendimento, por pavimento e total geral)							
Pavimento		Área Computável			Área Total		
térreo		89,85 m²			82,25 m²		
Total Geral		89,85 m²			82,25m²		
Vagas de Estacionamento							
		Mínimo exigido pelo Plano Diretor			Projeto		
		Automóveis	Moto	Bicicleta	Automóveis	Moto	Bicicleta
Residenciais	Privativas	-	-	-	-	-	-
	Visitantes	-	-	-	-	-	-
Comerciais	Privativas	1	-	-	-	-	-
	Visitantes	-	-	-	-	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-
Usos do Empreendimento							
Tipos de uso				Área (m²)		% do uso (em relação à área total do empreendimento)	
Serviço / Reciclagem				89,85 m²		100%	

Cronograma Sintético de Obras

(As classes de atividades listadas servem de orientação. Caso necessário, podem ser realocadas ou adicionadas novas, desde que se mantenha a proposta de um cronograma sintético)

Id	Descrição	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Serviços preliminares	Não se aplica	Não se aplica
2	Movimentações de terra e fundações	Não se aplica	Não se aplica
3	Superestrutura	Não se aplica	Não se aplica
4	Alvenaria	Não se aplica	Não se aplica
5	Revestimentos e acabamentos	Não se aplica	Não se aplica

Enquadramentos Diferenciais

(Informar, descrever e mensurar (quando cabível) enquadramentos diferenciais do empreendimento, como a adoção de desenho urbano ou arquitetônico inovador, áreas de fruição pública, fachada ativa, uso misto, telhado verde, obras de valorização de Bens Culturais, certificações (Leed, Aqua-HQE, Minha Casa Minha Vida, etc.) ou quaisquer diferenciais adotados que estejam em consonância com as boas práticas urbanísticas e estratégias estabelecidas no Plano Diretor, máx. 3000 caracteres)

O empreendimento em análise não apresenta enquadramentos diferenciais relacionados à adoção de desenho urbano ou arquitetônico inovador, tais como fachada ativa, uso misto, fruição pública ou soluções construtivas diferenciadas.

Entretanto, destaca-se como principal diferencial sua **função ambiental**, uma vez que a atividade desenvolvida está diretamente relacionada à **triagem, separação e destinação adequada de resíduos recicláveis**, contribuindo para a redução de impactos ambientais decorrentes do descarte irregular de sucatas.

A atividade exerce papel relevante na **cadeia de reciclagem**, promovendo a valorização de materiais reutilizáveis e auxiliando na diminuição da pressão sobre aterros sanitários e áreas de disposição final. Além disso, trata-se de empreendimento de pequeno porte, com operação simplificada, sem geração significativa de fluxos intensos de pessoas ou veículos, o que reduz potenciais impactos negativos sobre o entorno urbano.

Dessa forma, o empreendimento se enquadra nas boas práticas de sustentabilidade urbana, estando em consonância com os princípios de gestão ambiental e uso responsável do solo previstos no Plano Diretor Municipal.

Demais informações consideradas pertinentes para o EIV

(máx. 2000 caracteres)

O empreendimento em análise caracteriza-se como uma atividade de pequeno porte voltada à triagem e separação de sucatas, operando de forma simplificada, sem a presença de quadro significativo de funcionários, sendo conduzido apenas pelos responsáveis diretos.

A dinâmica operacional ocorre predominantemente no período diurno, com recebimento pontual de materiais por meio de veículo de pequeno porte, não gerando fluxo intenso de tráfego ou sobrecarga no sistema viário local. As atividades desenvolvidas concentram-se no interior do lote, reduzindo interferências no entorno imediato.

Destaca-se que não há processos industriais complexos, emissão significativa de ruídos, vibrações ou efluentes líquidos que possam causar impactos relevantes à vizinhança, sendo a atividade caracterizada como de baixo potencial poluidor.

A destinação dos materiais ocorre de forma periódica, com encaminhamento adequado para reaproveitamento ou descarte, contribuindo para a gestão sustentável de resíduos e para a redução de impactos ambientais.

Dessa forma, o empreendimento apresenta compatibilidade com o uso e ocupação do solo da região, não sendo identificados impactos significativos que comprometam a qualidade de vida da população do entorno.

2. Delimitação e Caracterização da área de Influência Direta e Indireta (AID e AII)

Delimitação das Áreas de Influência

Conforme Instrução Normativa que publica o presente Termo de Referência, a caracterização das áreas de influência do objeto do Estudo de Impacto de Vizinhança será estabelecida pelos setores censitários atingidos por um raio determinado a partir do acesso principal do empreendimento, de acordo com a área construída, sendo:

Definição dos portes	Raios da AID	Raios da AII
I - Porte 1: até 2.000m ²	I - Porte 1: 200m	I - Porte 1: 600m
II - Porte 2: acima de 2.000m ² até 5.000m ²	II - Porte 2: 300m	II - Porte 2: 700m
III - Porte 3: acima de 5.000m ² até 15.000m ²	III - Porte 3: 400m	III - Porte 3: 800m
IV - Porte 4: acima de 15.000m ² até 25.000m ²	IV - Porte 4: 500m	IV - Porte 4: 900m
V - Porte 5: acima de 25.000m ² até 40.000m ²	V - Porte 5: 900m	V - Porte 5: 1.500m
VI - Porte 6: acima de 40.000m ²	VI - Porte 6: 1.200m	VI - Porte 6: 2.000m

Nos casos em que o setor censitário atingido apresentar vazios urbanos poderá o responsável pelo estudo, mediante justificativa, recortar o setor para melhor adequação das áreas de influência; Poderá o técnico responsável pela análise do RIV solicitar adequação das áreas de influência, mediante justificativa, para melhor enquadramento do empreendimento em relação ao meio urbano.

Setores censitários da AID	Setores censitários da AII
A Área de Influência Direta (AID) foi delimitada considerando um raio de 200 metros a partir do empreendimento, abrangendo o entorno imediato inserido no bairro São João do Rio Vermelho, no Município de Florianópolis/SC. A área é caracterizada predominantemente por ocupação residencial de baixa densidade, com presença pontual de atividades comerciais e de serviços de pequeno porte. O sistema viário é composto por vias locais e coletoras, com destaque para a Servidão Euclides Manoel Ferreira e vias adjacentes, apresentando baixo fluxo de tráfego. A delimitação dos setores foi realizada com base em análise espacial do entorno, conforme representação cartográfica apresentada, não sendo identificados elementos urbanos de grande porte ou polos geradores de impacto significativo na área delimitada.	A Área de Influência Indireta (AII) foi delimitada considerando um raio de aproximadamente 600 metros a partir do empreendimento, abrangendo porções mais amplas do bairro São João do Rio Vermelho, no Município de Florianópolis/SC. A área apresenta predominância de uso residencial, com presença de atividades comerciais e de serviços distribuídas ao longo das vias principais e secundárias da região. O sistema viário é composto por vias locais e coletoras, com conexão às vias estruturantes do bairro, possibilitando o acesso a equipamentos públicos, comércio e serviços. Observa-se maior diversidade de usos urbanos na AII em comparação à AID, incluindo estabelecimentos comerciais, serviços, áreas institucionais e espaços livres.



Figura – Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, com delimitação aproximada do entorno em raio de 200 metros.

A delimitação dos setores foi realizada com base em análise espacial do entorno ampliado do empreendimento, conforme representação cartográfica, sendo compatível com o porte e a natureza da atividade desenvolvida.

Caracterização geral das Áreas de Influência

(Caracterizar as áreas compreendidas pelos polígonos da AII e da AID, máx. 4000 caracteres)

As áreas de influência do empreendimento estão inseridas no bairro São João do Rio Vermelho, no Município de Florianópolis/SC, sendo caracterizadas predominantemente por ocupação residencial de baixa densidade, com presença de edificações unifamiliares e atividades de pequeno porte.

A Área de Influência Direta (AID), delimitada por um raio de 200 metros, apresenta uso majoritariamente residencial, com sistema viário composto por vias locais de baixo fluxo, utilizadas principalmente pelos moradores da região. Observa-se a presença de áreas livres, terrenos não edificadas e porções com vegetação, evidenciando ocupação urbana ainda em processo de consolidação.

Destaca-se, no entorno imediato do empreendimento, a presença de edificação em fase de construção, indicando tendência de adensamento e transformação gradual do uso e ocupação do solo na área. Esse cenário evidencia um processo de crescimento urbano, com aumento progressivo da ocupação e diversificação dos usos.

A Área de Influência Indireta (AII), delimitada por um raio de 600 metros, abrange porções mais amplas do bairro, apresentando maior diversidade de usos, incluindo comércios, serviços e equipamentos urbanos distribuídos ao longo das vias principais. A AII possui melhor articulação com a malha urbana do município, por meio de vias de maior hierarquia, possibilitando o acesso a diferentes serviços e infraestruturas.

De modo geral, as áreas de influência apresentam características compatíveis com o porte do empreendimento, inserindo-se em contexto urbano em consolidação, sem indícios de saturação da infraestrutura ou restrições significativas à implantação da atividade proposta.

Mapa da Área de Influência Direta

(Inserir mapa representando graficamente o raio adotado e os setores censitários pertinentes)



Figura 4 – Mapa da Área de Influência Direta (AID), considerando raio de 200m a partir do empreendimento.

Mapa da Área de Influência Indireta

(Inserir mapa representando graficamente o raio adotado e os setores censitários pertinentes)



Figura 5 – Delimitação da Área de Influência Indireta (AII), considerando raio de 600 metros a partir do empreendimento.

3. Diagnósticos e Prognósticos

3.1. Adensamento Populacional

Caracterização Populacional atual da AII

População Total da AII (PTAII) conforme o último censo do IBGE	900 habitantes (Censo IBGE, 2022)
População Total da AII (PTAII) atualizada (Utilizar referência ou método que inclua a evolução dos últimos censos ou estimativa para traçar um comparativo de crescimento da população)	≈ 1.000 habitantes (considerando taxa média de crescimento anual do município de Florianópolis no período intercensitário 2010–2022 de aproximadamente 2,24% ao ano)
Quantidade de domicílios na AII	≈ 395 domicílios (estimativa baseada IBGE, 2022)
Média de pessoas por domicílio na AII	2,28 (Censo IBGE, 2022)
Área Urbanizável da AII (ha) (Considerar somente as macroáreas de uso urbano ou de transição, desconsiderar vias e áreas públicas)	113,00 ha
Densidade populacional atual na AII [hab./ha] (Considerar área calculada acima)	≈ 8,85 hab./ha
Densidade populacional líquida [hab./ha] na AII conforme o zoneamento previsto pelo Plano diretor	≈ 80 hab./ha (ARM-2.5 – baixa densidade, uso residencial predominante)

População por faixa etária da população na AII (de 0 a 5, 6 a 17, 18 a 59 anos/de mais de 60 anos, com suas respectivas porcentagens)	0 a 5 anos 6% 6 a 17 anos 14% 18 a 59 anos 62% 60 anos ou mais 18%
População Fixa e Flutuante do Empreendimento (Considerar 2 hab./dormitório para uso residencial; 7 hab/m² para uso comercial; demais usos consultar a IN 009 do Corpo de Bombeiros de SC.)	
População Fixa do Empreendimento	02 pessoas
População Flutuante do Empreendimento	02 a 04 pessoas/dia
População Total do Empreendimento (PTE) (População fixa + população flutuante)	04 a 06 pessoas
Grupo(s) considerado(s) na população fixa	Proprietário e auxiliar (familiar)
Grupo(s) considerado(s) na população flutuante	Fornecedores e transportadores de materiais (coleta e retirada de sucatas)
Adensamento Populacional com o Empreendimento	
Densidade populacional atual na AII [hab./ha] com o empreendimento (Considerar as macro áreas de uso urbano)	≈ 8,90 hab./ha
Incremento populacional na AII (%)(PTE/PTAII)	≈ 0,4% a 0,6%
Conforme enquadramento abaixo, o empreendimento ocasiona um adensamento populacional expressivo na AII? ADIs: não se enquadra Macroáreas de uso Urbano com gabarito ≥ 3: Incremento >10% Macroáreas de Uso Urbano com gabarito < 3: Incremento >4% Macroáreas de Transição: Incremento >2%	() Sim (x) Não
Impactos e Análise de Adensamento Populacional a partir do Empreendimento (Identificar e tecer análise crítica elencando as principais conclusões, máx. 3000 caracteres)	
O empreendimento não possui caráter residencial, não implicando incremento da população residente na área. A população fixa é composta por 02 pessoas, com fluxo eventual de 02 a 04 pessoas por dia, caracterizando baixa geração de demanda. Considerando a População Total da Área de Influência Indireta (PTAII), estimada em aproximadamente 1.000 habitantes, o incremento populacional é inferior a 1%, sendo classificado como não significativo. Dessa forma, não há alteração nos padrões de adensamento populacional da região, tampouco sobrecarga na infraestrutura urbana, equipamentos públicos ou serviços essenciais. Conclui-se que o empreendimento é compatível com o contexto urbano local, não gerando impactos relevantes sob o ponto de vista demográfico.	

3.2.Equipamentos Urbanos na AID		
Tipo de Equipamento	Demanda do Empreendimento	Viabilidade de atendimento
Abastecimento de Água (m³)	Baixa demanda, destinada apenas ao uso sanitário e eventual limpeza do local.	(x) Sim () Não

Energia Elétrica (KW)	Baixa demanda, destinada à iluminação e eventuais equipamentos de pequeno porte.	(x) Sim () Não
Coleta de Lixo	Baixa (resíduos recicláveis com destinação periódica)	(x) Sim () Não
Esgotamento Sanitário (m³)	Não há geração de esgoto sanitário, uma vez que o empreendimento não dispõe de instalações sanitárias no local e não conta com permanência contínua de funcionários.	() Sim (x) Não
No caso da inexistência de um ou mais itens da lista acima, informar e descrever qual solução será utilizada. <i>(Aditem-se viabilidades como comprovante de adequação aos equipamentos urbanos, desde que as solicitações estejam com cálculo de demanda condizente com o apresentado no EIV, máx. 1000 caracteres)</i>		
O empreendimento não possui instalações sanitárias próprias, sendo que os responsáveis pela atividade utilizam as instalações sanitárias de residência unifamiliar localizada em lote adjacente, de mesma titularidade/família. Dessa forma, a geração de efluentes sanitários ocorre de forma integrada ao sistema já existente na residência, não havendo lançamento direto ou independente associado à atividade do empreendimento. Considerando a baixa intensidade de uso e a inexistência de permanência contínua de funcionários no local, a solução adotada mostra-se adequada às características operacionais do empreendimento. Ressalta-se que, caso haja ampliação das atividades ou alteração na dinâmica operacional, será prevista a implantação de sistema sanitário próprio, em conformidade com a legislação vigente.		
Haverá sistema de tratamento autônomo de efluentes no empreendimento?	() Sim (x) Não	
Em caso afirmativo, qual será a destinação do efluente tratado?	Não se aplica, uma vez que o empreendimento não possui sistema próprio de esgotamento sanitário, sendo utilizada estrutura sanitária de residência adjacente	
Memória de cálculo das demandas do empreendimento em relação aos equipamentos urbanos		
Consumo de água pelo empreendimento na fase de operação		
O consumo de água do empreendimento é considerado baixo, uma vez que as atividades desenvolvidas consistem predominantemente em triagem e armazenamento de materiais recicláveis (sucatas), sem processos industriais que demandem uso intensivo de água. O uso restringe-se a consumo doméstico eventual (higiene e limpeza básica), estimado em aproximadamente 50 a 100 litros/dia, considerando a presença de até 2 pessoas no local.		
Geração de resíduos sólidos pelo empreendimento na fase de operação		
A atividade principal do empreendimento consiste na recepção, triagem e armazenamento temporário de resíduos metálicos (sucatas), caracterizando-se como atividade de reciclagem. Não há geração significativa de resíduos sólidos adicionais, sendo que os materiais não aproveitados permanecem armazenados temporariamente no terreno até sua remoção periódica por empresa especializada. Eventuais resíduos gerados são classificados como resíduos sólidos recicláveis (Classe II B), conforme a ABNT NBR 10.004.		

Mesmo havendo Viabilidade do atendimento dos equipamentos anteriores, quais medidas mitigatórias o empreendimento fará para reduzir o consumo nas fases de instalação e de operação?	
☐ Controle do consumo de água, evitando desperdícios; ☐ Armazenamento organizado dos materiais recicláveis, evitando dispersão no solo; ☐ Destinação periódica dos resíduos acumulados por meio de empresa especializada; ☐ Manutenção da área limpa, reduzindo impactos ambientais e visuais; ☐ Ausência de processos industriais, minimizando consumo de recursos naturais; ☐ Operação manual, reduzindo significativamente a geração de impactos.	
Drenagem Urbana	
Existe infraestrutura de drenagem na AID? <i>(Bocas-de-lobo, valas de infiltração, córregos, galerias, etc)</i>	(x) Sim () Não
Existem problemas de drenagem na AID? <i>(Utilizar o Diagnóstico participativo de drenagem como fonte http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/PDF/Diagnostico%20Revisado.pdf)</i>	() Sim (x) Não
O imóvel está mapeado como área suscetível à inundação?	☒ Não ☐ Sim, baixa ☐ Sim, média ☐ Sim, alta
Se em alguma das duas perguntas anteriores for positiva, qual medida mitigadora o empreendimento executará para contenção da drenagem/retardar o escoamento superficial? <i>(exemplos: jardins de chuva, valas de infiltração, bacias de contenção, etc.)</i>	
Considerando que o imóvel não se encontra em área suscetível à inundação e não foram identificados problemas de drenagem na AID, não se faz necessária a implantação de medidas estruturais específicas para contenção ou retardamento do escoamento superficial. Ainda assim, o empreendimento adotará boas práticas, como manutenção da permeabilidade do solo sempre que possível e organização da área, evitando obstruções ao escoamento natural das águas pluviais.	
Resíduos Sólidos	
Existem Pontos de Entrega Voluntária (PEV) na AII?	(x) Sim () Não
Distância entre o empreendimento e o PEV existente (m)	3.000 metros
Análise da oferta de equipamentos urbanos <i>(Tecer análise crítica sobre a oferta existente e elencar as principais conclusões, máx. 3000 caracteres)</i>	
A análise da oferta de equipamentos urbanos na Área de Influência Direta (AID) evidencia que o entorno do empreendimento é predominantemente residencial, com infraestrutura básica instalada, incluindo sistema viário, fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água. O sistema viário local é composto por vias de caráter predominantemente local, com presença de trechos pavimentados e não pavimentados, garantindo o acesso ao empreendimento e às residências do entorno. As vias apresentam baixo fluxo de veículos, compatível com a ocupação de baixa densidade observada na região. A ocupação urbana caracteriza-se por edificações unifamiliares distribuídas ao longo das servidões e vias locais, com atendimento pelos serviços essenciais. Não se observa, no interior da AID, a presença significativa de equipamentos urbanos de maior porte, como unidades de saúde, instituições de ensino ou áreas públicas estruturadas de lazer. O empreendimento, por sua natureza e porte, apresenta baixa demanda por equipamentos urbanos, não gerando sobrecarga nos sistemas existentes. As necessidades básicas relacionadas ao seu funcionamento são plenamente atendidas pela infraestrutura já implantada na região. Destaca-se que a atividade desenvolvida não implica aumento significativo no fluxo de veículos ou pessoas, sendo compatível com a capacidade do sistema viário local e demais serviços urbanos disponíveis.	

3.3. Equipamentos Comunitários na AID

	Tipo ¹	Porte (m² aprox.)	Rede ²	Distância caminhável até o empreendimento
Unidade de Saúde	-	-	-	-
Unidades de Ensino	Escola Expressão Viva	Médio a grande (≈ 800 a 2.000 m²)	Pública	1.500 metros a 2.000 metros
Unidades de Assistência Social	-	-	-	-
Unidades de Segurança Pública	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Localização dos Equipamentos Comunitários

(Inserir figura em escala adequada com os equipamentos comunitários presentes na AID, apontando as distâncias até o em análise. Ao final do EIV, anexar mapa em formato PDF)



¹ Tipo de serviço oferecido: Posto de saúde, hospital, ensino médio, ensino fundamental, etc.

² Pública ou privada

Análise da oferta de equipamentos comunitários com o empreendimento

(Identificar e avaliar os prováveis impactos do empreendimento nos equipamentos comunitários. Analisar a necessidade de novos equipamentos urbanos ou comunitários, reformas, ampliações, coberturas, etc., máx. 3000 caracteres)

Na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, considerando um raio aproximado de 200 metros, identifica-se a presença de unidade de ensino localizada na Rodovia João Gualberto Soares, caracterizada como escola de porte médio a grande, integrante da rede pública de ensino.

Não foram identificados outros equipamentos comunitários na área delimitada.



Unidade de Ensino localizada na Rodovia João Gualberto Soares, nº 3260, bairro São João do Rio Vermelho/Ingleses, Florianópolis/SC, situada a aproximadamente 1.500 a 2.000 metros do empreendimento.

Espaços Livres na AID

Nome	Tipo	Estado de Conservação	Distância Caminhável
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Localização dos Espaços Livres

(Inserir mapa em escala adequada com os espaços livres presentes na AID, destacando a localização do empreendimento. Utilizar o GeoPortal.)

Impactos e Análise do Sistema de Espaços Livres com o empreendimento

(Identificar e avaliar os prováveis impactos do empreendimento no sistema de espaços livres, com ênfase nos espaços livres públicos de lazer. Avaliar a necessidade de criação, implantação ou reforma de espaços livres de uso público de lazer, máx. 3000 caracteres)

Considerando que, na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, não foram identificados espaços livres públicos estruturados destinados ao lazer, como praças ou parques urbanos, verifica-se que o sistema de espaços livres na área é inexistente ou pouco consolidado.

Nesse contexto, a implantação do empreendimento não acarretará impactos diretos sobre espaços livres públicos de lazer, uma vez que não há equipamentos dessa natureza na área delimitada.

A atividade desenvolvida, caracterizada como de baixo impacto e sem geração significativa de fluxo de pessoas, não implica aumento da demanda por áreas de lazer públicas, não ocasionando sobrecarga ou necessidade de adequações no sistema existente.

Dessa forma, não se identifica a necessidade de criação, implantação ou reforma de espaços livres públicos de lazer em função do empreendimento, sendo a situação atual considerada compatível com a natureza e porte da atividade desenvolvida.

3.4. Análise de Uso e Ocupação do Solo

Mapa de uso das edificações

(Inserir figura mostrando a classificação das edificações na AID de acordo com as categorias: residencial (amarelo), comércio/lojas (vermelho), condomínio de salas comerciais (rosa), hoteleiro (roxo), misto (laranja), institucional (azul) e religioso (marrom), área verde (verde), terreno sem uso (cinza) destacando os bens culturais que existirem. Ao final do EIV, anexar mapa em formato PDF)



A Área de Influência Direta (AID) apresenta predominância de uso residencial de baixa densidade, composta majoritariamente por edificações unifamiliares, inseridas em um contexto urbano caracterizado por ocupação consolidada e vias locais de baixo fluxo.

Observa-se, entretanto, a presença de empreendimento em fase de construção no entorno imediato, localizado em frente ao lote em análise, o que evidencia uma tendência de adensamento e transformação gradual do uso e ocupação do solo na área.

A inserção do empreendimento proposto, voltado à triagem e armazenamento temporário de sucatas, ocorre em contexto de baixa intensidade urbana, com operação de pequeno porte e limitada geração de fluxo de pessoas e veículos, o que contribui para a manutenção das características predominantes do entorno.

Os impactos potenciais estão relacionados principalmente à compatibilidade visual e funcional com o uso residencial predominante, podendo ser minimizados por meio da adequada organização interna do lote e controle do armazenamento de materiais.

Considerando o cenário atual, marcado pela presença de novos empreendimentos em implantação, verifica-se que a área apresenta dinâmica de consolidação urbana, não sendo a atividade proposta um elemento isolado de alteração do uso do solo.

Dessa forma, conclui-se que o empreendimento é compatível com o uso e ocupação do solo da AID, não promovendo alterações significativas na dinâmica urbana local, desde que mantidas as condições operacionais adequadas.

Impactos e Análise do uso e ocupação do solo com o empreendimento na AID

(Tecer análise crítica sobre as características de uso e ocupação e elencar as principais conclusões sobre os impactos decorrentes da implantação do empreendimento na AID, máx. 3000 caracteres)

A inserção do empreendimento na Área de Influência Direta (AID), caracterizada por uso predominantemente residencial, representa a introdução de atividade de apoio com características distintas, porém de pequeno porte e baixa intensidade operacional.

Observa-se, no entorno imediato, a presença de empreendimento em fase de construção, indicando tendência de adensamento urbano e transformação gradual do uso e ocupação do solo na região. Nesse contexto, a atividade proposta não se configura como elemento isolado de alteração da dinâmica urbana, estando inserida em processo mais amplo de consolidação da área.

Os impactos potenciais associados ao empreendimento estão relacionados principalmente à organização espacial do lote e à compatibilidade com o entorno residencial, especialmente no que se refere ao aspecto visual e à disposição dos materiais.

Entretanto, considerando a baixa geração de fluxo de pessoas e veículos, bem como a realização das atividades no interior do lote, os impactos tendem a ser localizados e de baixa magnitude, não promovendo alterações significativas no padrão de ocupação existente.

Como medida mitigadora, destaca-se a necessidade de manutenção da organização interna do terreno, controle do armazenamento de materiais e preservação das condições de limpeza e ordenamento visual.

Dessa forma, conclui-se que o empreendimento apresenta compatibilidade com o uso e ocupação do solo na AID, inserindo-se de forma adequada no processo de consolidação urbana observado na área.

3.5. Valorização Imobiliária na AII

Diagnóstico

Renda média mensal da população da AII	baixa a média, faixas de até 3 salários mínimos
--	---

Faixa de valorização conforme Planta de Valores para Fins Urbanísticos (PGURB)	valorização imobiliária média a baixa
--	---------------------------------------

Identificar e mapear se há ZEIS e/ou aglomerados subnormais de habitação na AII.

Não foram identificadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) formalmente instituídas na Área de Influência Indireta (AII), bem como não há registro de aglomerados subnormais consolidados no entorno imediato do empreendimento.

Identificar a existência de obras de infraestrutura/empreendimentos públicos ou privados em execução da AII que possam ser enquadrados enquanto polos valorizadores ou desvalorizadores, destacando eventuais Bens Culturais ou APC.

A Área de Influência Indireta (AII) apresenta infraestrutura urbana básica consolidada, com presença de:

- Sistema viário estruturado;
- Equipamentos urbanos e serviços locais;
- Atividades comerciais de pequeno porte;

Observa-se a presença de empreendimento em fase de construção no entorno imediato da área de influência, o que indica tendência de transformação urbana e adensamento gradual da região.

Esse tipo de intervenção contribui para a valorização imobiliária progressiva, estando associado ao crescimento urbano local e à expansão da ocupação residencial. Não foram identificadas obras públicas de grande porte em execução na AII, sendo as intervenções observadas predominantemente de iniciativa privada.	
Prognóstico	
Padrão construtivo do empreendimento	
O empreendimento é uma Habitação de Mercado Popular (HMP) conforme LC nº 482/2014?	() Sim (x) Não
O empreendimento é uma Habitação de Mercado (HM) conforme LC nº 482/2014?	() Sim (x) Não
O empreendimento possui um Padrão Médio conforme Decreto 25887/2023?	() Sim (x) Não
O empreendimento possui um Padrão Alto ou Médio Alto? (caso não se enquadre nas hipóteses acima)	() Sim (x) Não
Características que o empreendimento possui para ser classificado com o padrão construtivo marcado anteriormente.	
Trata-se de edificação de apoio a atividade de reciclagem, com estrutura simples, sem acabamentos sofisticados, voltada exclusivamente ao uso funcional e operacional. Não apresenta elementos arquitetônicos ou construtivos associados a padrões residenciais ou comerciais de médio ou alto padrão.	
Valor unitário médio por metro quadrado (R\$/m²) do empreendimento.	R\$ 800,00/m²
O valor previsto para comercialização das unidades residenciais do empreendimento é compatível com a renda mensal média da população da AII? Solicita-se que seja justificado de maneira breve abaixo.	() Sim () Não (x) Não se aplica
O empreendimento não possui unidades residenciais destinadas à comercialização, tratando-se de atividade operacional de reciclagem.	
Impactos e análises da valorização imobiliária com o empreendimento <i>(Analisar os impactos da inserção do empreendimento na AII, indicando possíveis alterações no estrato social existente (atração, expulsão, gentrificação, etc.), com ênfase em áreas de ZEIS e/ou Bens Tombados e/ou APC, máx. 3000 caracteres)</i>	
A inserção do empreendimento na Área de Influência Indireta (AII) tende a gerar impacto de baixa magnitude e predominantemente neutro, considerando seu porte reduzido, baixa intensidade operacional e inserção em área em processo de consolidação urbana. Observa-se, entretanto, a presença de empreendimento em fase de construção no entorno imediato, o que indica tendência de valorização imobiliária e adensamento urbano progressivo na região. Nesse contexto, o empreendimento analisado não se configura como elemento isolado de influência sobre o mercado imobiliário local, estando inserido em dinâmica mais ampla de crescimento urbano. Os impactos potenciais associados à atividade estão relacionados principalmente à percepção visual e ao ordenamento do espaço, podendo influenciar de forma pontual a valorização de imóveis próximos, especialmente quando não houver controle adequado da organização interna do lote. Por outro lado, o empreendimento apresenta aspectos positivos relevantes, como: • Contribuição ambiental por meio da reciclagem e destinação adequada de resíduos; • Baixa intensidade operacional, sem geração significativa de fluxo de veículos ou pessoas; • Compatibilidade com áreas em processo de consolidação urbana. Não foram identificados impactos significativos relacionados à gentrificação, expulsão populacional ou alteração do perfil socioeconômico da região.	

Ressalta-se que não foram identificadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), bens tombados ou Áreas de Preservação Cultural (APC) na AII que possam ser impactadas pela implantação do empreendimento.

Como medidas mitigadoras, recomenda-se:

- Organização e controle visual do armazenamento de materiais;
- Manutenção da limpeza e ordenamento do terreno;
- Delimitação adequada da área de operação;
- Minimização de impactos visuais no entorno imediato.

Dessa forma, conclui-se que os impactos sobre a valorização imobiliária são de baixa magnitude e predominantemente locais, não comprometendo a dinâmica urbana da AII.

3.6. Mobilidade Urbana

Caracterização do sistema viário da AID e Empreendimento

Mapa de Hierarquia Viária na AID

(Inserir figura mostrando a hierarquização do sistema viário na AID de acordo com a Lei Complementar nº 482/2014. Ao final do EIV, anexar mapa em formato PDF)



Seção transversal atual e planejada das principais vias na AID

Via 1

Nome da Via	Hierarquia (LC nº 482/2014)
Servidão das Montanhas	Via Local

Via 1 – Seção Transversal Atual

A Servidão das Montanhas apresenta seção transversal característica de via local, com pista de rolamento em leito natural (não pavimentado), largura reduzida e ausência de segregação entre os fluxos de veículos e pedestres.

A via não possui calçadas formalizadas, sendo o espaço compartilhado entre veículos e pedestres. Não foi observada a presença de sistema de drenagem urbana estruturado, apresentando escoamento superficial das águas pluviais.

A ocupação ao longo da via é predominantemente residencial, com baixo volume de tráfego, compatível com sua função de acesso local.



Via 1 – Seção Transversal Planejada (LC nº 482/2014)

Via 2

Nome da Via	Hierarquia (LC nº 482/2014)
Servidão Euclides Manoel Ferreira	Via Local

Via 2 – Seção Transversal Atual

A Servidão Euclides Manoel Ferreira apresenta seção transversal característica de via local, com pista de rolamento pavimentada em blocos intertravados, largura compatível com o tráfego de veículos leves e circulação bidirecional em baixa intensidade.

A via não apresenta calçadas formalmente delimitadas, sendo o espaço parcialmente compartilhado entre pedestres e veículos. Observa-se a presença de infraestrutura básica, como rede de energia elétrica e ocupação consolidada ao longo da via, predominantemente residencial.

A drenagem pluvial ocorre de forma superficial, sem a presença evidente de sistema de captação estruturado, sendo compatível com as características da via e da ocupação local.

O fluxo de veículos é reduzido, restrito majoritariamente aos moradores e atividades locais, não apresentando conflitos significativos de circulação.



Via 2 – Seção Transversal Planejada (LC nº 482/2014)

Via 3

Nome da Via	Hierarquia (LC nº 482/2014)
SC-406 (Rodovia João Gualberto Soares)	Via Arterial

Via 3 – Seção Transversal Atual

A Rodovia João Gualberto Soares (SC-406) apresenta seção transversal característica de via arterial, com pista de rolamento pavimentada e dimensionada para suportar fluxo intenso de veículos, incluindo tráfego de passagem e conexão entre diferentes regiões do município.

A via possui largura superior às vias locais do entorno, com organização voltada à circulação contínua de veículos, podendo apresentar acostamento e elementos de apoio à mobilidade. A infraestrutura existente é compatível com sua função estrutural no sistema viário, permitindo o escoamento eficiente do tráfego.

Observa-se maior volume de circulação de veículos em comparação às vias locais, com predominância de tráfego misto, incluindo veículos leves e de transporte.

Via 3 – Seção Transversal Planejada (LC nº 482/2014)

Rotas de Acesso ao Empreendimento

(Inserir figura representando as rotas de acesso caminhável ao empreendimento, considerando um trajeto de 15 minutos, sobreposto aos equipamentos e serviços, inclusive transporte coletivo, existentes.)

As rotas de acesso ao empreendimento foram definidas considerando deslocamentos caminháveis em um raio aproximado de até 15 minutos, abrangendo as vias locais e principais conexões da região.

O acesso principal ocorre pela Servidão Euclides Manoel Ferreira, que se conecta à Rodovia João Gualberto Soares (SC-406), principal eixo viário da área. Como rotas secundárias, destacam-se as vias locais adjacentes, incluindo a Servidão das Montanhas, que permitem a circulação interna no bairro. Observa-se ainda a presença de equipamento comunitário de educação localizado a aproximadamente 400 metros do empreendimento, acessível por trajeto caminhável, o que reforça a integração do empreendimento com a dinâmica urbana local.

De modo geral, a malha viária permite deslocamentos acessíveis e distribuídos, não sendo identificadas barreiras significativas à mobilidade de pedestres na área de influência.



Infraestrutura Cicloviária Atual

(Inserir figura contendo indicação das infraestruturas cicloviárias presentes no sistema viário da AID e no empreendimento (ciclovias, ciclofaixas, bicicletários, estruturas de apoio, etc.). Ao final do EIV, anexar mapa em formato PDF)

A análise da Área de Influência Direta (AID) indica a inexistência de infraestrutura cicloviária formal implantada, como ciclovias, ciclofaixas ou ciclorrotas sinalizadas.

As vias locais que compõem a AID, como a Servidão Euclides Manoel Ferreira e a Servidão das Montanhas, apresentam características voltadas ao tráfego local, sem dispositivos específicos para circulação de bicicletas.

Na Área de Influência Indireta (AII), representada principalmente pela Rodovia João Gualberto Soares (SC-406), observa-se a presença de via de maior hierarquia, com possibilidade de circulação de ciclistas em acostamento, porém sem segregação ou sinalização específica que caracterize infraestrutura cicloviária formal.

Dessa forma, conclui-se que a região apresenta baixa oferta de infraestrutura cicloviária, sendo a circulação de bicicletas realizada de forma compartilhada com o tráfego de veículos.

Infraestrutura Cicloviária no empreendimento

(Descrever e indicar quais equipamentos de apoio ao ciclista o empreendimento fornece e sua posição. Descrever a posição das vagas de estacionamento de bicicletas e a sua facilidade de acesso. Demonstrar se o empreendimento incentiva de alguma forma o uso de mobilidade ativa)

O empreendimento não dispõe de infraestrutura cicloviária interna, como ciclovias, ciclofaixas ou espaços segregados para circulação de bicicletas, considerando seu porte reduzido e a natureza da atividade desenvolvida.

A dinâmica operacional do empreendimento não gera demanda significativa por deslocamentos por meio de bicicleta, sendo o acesso realizado predominantemente por veículos leves e, de forma pontual, por pedestres.

Ressalta-se que a implantação de infraestrutura cicloviária interna não se justifica frente à baixa intensidade de uso e à inexistência de conexão direta com rede cicloviária estruturada no entorno.

Dessa forma, conclui-se que a ausência de infraestrutura cicloviária no empreendimento não compromete a mobilidade local, sendo compatível com as características da área e do uso proposto.

Descrever a caminhabilidade e acessibilidade do empreendimento aos equipamentos públicos na AII:

A análise da caminhabilidade e acessibilidade na Área de Influência Indireta (AII) demonstra que o empreendimento está inserido em área com condições favoráveis ao deslocamento de pedestres, especialmente em trajetos de curta distância.

O acesso ao empreendimento ocorre por meio de vias locais de baixo fluxo, como a Servidão Euclides Manoel Ferreira e a Servidão das Montanhas, que permitem a circulação de pedestres de forma compartilhada com veículos, característica comum em áreas residenciais de baixa densidade.

Observa-se a presença de equipamento público de educação, localizado a aproximadamente 400 metros do empreendimento, sendo acessível por trajeto caminhável em tempo reduzido, estimado em menos de 10 minutos.

As condições de acessibilidade são compatíveis com o padrão da área, embora se verifique a ausência de calçadas contínuas e infraestrutura específica para pedestres, o que não impede o deslocamento, mas exige atenção quanto ao compartilhamento do espaço viário.

Não foram identificadas barreiras físicas significativas que impeçam o acesso de pedestres aos equipamentos públicos existentes na AII, sendo os deslocamentos realizados de forma direta e funcional.

Dessa forma, conclui-se que o empreendimento apresenta boa integração com o entorno em termos de caminhabilidade e acessibilidade, sendo compatível com a dinâmica urbana local.

Acessos ao Empreendimento

(Inserir figura representando os acessos ao empreendimento, apontando os raios existentes de projeto, aproximações possíveis na entrada e saída de veículos, acessos de pedestres e demais informações pertinentes à mobilidade (veículos automotores, pedestres, ciclistas, etc.). Ao final do EIV, anexar planta em formato PDF)

O acesso ao empreendimento ocorre por meio da Servidão Euclides Manoel Ferreira, via local de baixo fluxo, que permite a entrada e saída de veículos de forma direta e segura.

O empreendimento possui acesso frontal controlado por portão, com espaço interno suficiente para manobra de veículos, carga e descarga de materiais, evitando interferências na via pública.

A circulação de pedestres ocorre de forma compartilhada com o tráfego local, característica comum da região, sendo favorecida pelo baixo volume de veículos nas vias adjacentes.

Como rota complementar, destaca-se a Servidão das Montanhas, que possibilita conexão com outras vias locais do bairro, contribuindo para a distribuição dos fluxos.

A Rodovia João Gualberto Soares (SC-406) atua como principal eixo de ligação da área, garantindo acesso ao sistema viário urbano em escala mais ampla.

Dessa forma, os acessos ao empreendimento são considerados adequados e compatíveis com a demanda gerada pela atividade.

Quando houver acessos à orla na AID

(Avaliar os acessos públicos à orla apresentando em mapa e identificando, por meio de tabela, a infraestrutura existente nos referidos acessos à orla (pavimentação, passarelas ambientais, etc.), acompanhada de memorial fotográfico)

Não se Aplica

Quando houver trilhas e caminhos históricos na AII

(Apresentar as trilhas e caminhos históricos presentes na AII, quando presentes, em mapa com escala adequada, e identificar, por meio de tabela, a infraestrutura existente nestes (pavimentação, passarelas ambientais, etc.), com memorial fotográfico)

Não foram identificadas trilhas ou caminhos históricos na Área de Influência Indireta (AII)

Acessibilidade

(Descrever e apresentar memorial fotográfico das condições de acessibilidade e caminhabilidade da AID, com ênfase no entorno do empreendimento (condições das calçadas, pisos podotáteis, rampas, faixas de segurança, etc.) e atendimento às normas de acessibilidade)

A acessibilidade na Área de Influência Direta (AID) é caracterizada por vias locais com infraestrutura simplificada, apresentando, em sua maioria, ausência de calçadas contínuas e pavimentação heterogênea. As condições observadas indicam que o deslocamento de pedestres ocorre de forma compartilhada com veículos, sendo favorecido pelo baixo volume de tráfego local. No entorno imediato do empreendimento, verificam-se trechos com pavimentação em blocos intertravados e outros em leito natural, sem a presença de rampas acessíveis ou sinalização específica para mobilidade reduzida.

Apesar das limitações quanto à acessibilidade universal, não foram identificadas barreiras físicas significativas que impeçam o acesso ao empreendimento ou a circulação no entorno.

Dessa forma, conclui-se que a acessibilidade local é compatível com o padrão urbano da região, sendo possível o deslocamento de pedestres, ainda que sem atendimento integral às normas de acessibilidade.

Transporte coletivo

Analisar a infraestrutura para transporte coletivo na AID (abrigos, pontos, estações, etc.). Informar quais linhas de transporte coletivo estão disponíveis e a que distância do empreendimento.

A análise da infraestrutura de transporte coletivo na Área de Influência Direta (AID) indica a ausência de pontos de parada no interior do raio de 200 metros do empreendimento.

Entretanto, observa-se a presença de pontos de transporte coletivo nas proximidades da área de influência, localizados a aproximadamente 230 metros e 400 metros do empreendimento, inseridos na Área de Influência Indireta (AII), principalmente ao longo da Rodovia João Gualberto Soares (SC-406).

Esses pontos atendem linhas regulares de transporte coletivo que conectam o bairro às demais regiões do município, garantindo acesso ao sistema de mobilidade urbana.

O deslocamento até os pontos pode ser realizado por trajeto caminhável em curto tempo, sendo compatível com a dinâmica da área e favorecido pelo baixo fluxo das vias locais.

A existência de mais de uma opção de acesso ao transporte coletivo contribui para a distribuição dos deslocamentos e amplia as alternativas de mobilidade para os usuários da região.

Dessa forma, conclui-se que o empreendimento apresenta boa acessibilidade ao transporte coletivo, ainda que não inserido diretamente na AID.

A COMCAP solicitou na sua Certidão de Viabilidade de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares a execução de recuo para parada do veículo coletor?	() Sim (x) Não
--	-------------------

Se a resposta a pergunta anterior for positiva, solicita-se saber se o recuo consta na planta de arquitetura.	() Sim (x) Não
---	-------------------

Demonstrar se há necessidade ou não de recuo para parada do veículo coletor.

Não há necessidade de implantação de recuo para parada do veículo coletor, considerando o porte reduzido do empreendimento e o baixo volume de resíduos gerados.

A coleta pode ser realizada diretamente pela via pública, sem prejuízo à fluidez do tráfego local, tendo em vista que a Servidão Euclides Manoel Ferreira é classificada como via local de baixo fluxo.

Adicionalmente, o empreendimento dispõe de área interna que permite a organização e armazenamento adequado dos resíduos até o momento da coleta, não sendo necessária a realização de manobras ou parada prolongada de veículos na via.

Dessa forma, conclui-se que não há necessidade de implantação de recuo para atendimento do serviço de coleta de resíduos.

Área de acumulação de veículo para o empreendimento. <i>(Recomenda-se a utilização de área de acumulação no mínimo 2% das vagas para estacionamentos coletivos, caso não seja utilizada, apresentar estudo justificando)</i>	
O empreendimento dispõe de área interna suficiente para a acomodação e circulação de veículos, incluindo espaço destinado a manobras, carga e descarga, sem necessidade de permanência na via pública. Considerando o porte reduzido da atividade e a baixa geração de fluxo de veículos, não se verifica a formação de filas ou acúmulo na área externa ao lote. Dessa forma, conclui-se que não há necessidade de implantação de área específica adicional para acumulação de veículos, sendo a estrutura existente suficiente para atender à demanda do empreendimento.	
Estudo de tráfego <i>(Inserir mapa ou croqui do local exato de contagem de tráfego, recomenda-se que a contagem de tráfego seja realizada próximo às interseções em vias hierarquizadas e na frente do empreendimento nos dois sentidos, quando houver)</i>	
Considerando o porte reduzido do empreendimento e a natureza da atividade desenvolvida, caracterizada por baixa geração de fluxo de veículos e pessoas, não se verifica a necessidade de realização de estudo de tráfego detalhado. A movimentação associada ao empreendimento é eventual e de baixa intensidade, predominantemente composta por veículos leves, não impactando significativamente a capacidade das vias de acesso. As vias que atendem o empreendimento são classificadas como vias locais, com baixo volume de tráfego, sendo compatíveis com a demanda gerada pela atividade. Além disso, a proximidade com a Rodovia João Gualberto Soares (SC-406), via arterial da região, permite adequada distribuição dos fluxos no sistema viário. Dessa forma, conclui-se que o empreendimento não promove impactos significativos na circulação viária, não sendo necessárias intervenções ou adequações no sistema viário existente.	
Tabela usada para conversão de categorias de veículos para Unidade Veículo Padrão (UVP)	
Considerando o porte reduzido do empreendimento e a natureza da atividade desenvolvida, caracterizada por baixa geração de fluxo de veículos e pessoas, não foi realizada contagem de tráfego com tabulação em Unidade Veículo Padrão (UVP). A movimentação associada ao empreendimento é eventual e de baixa intensidade, predominantemente composta por veículos leves, não havendo geração significativa de tráfego que justifique a aplicação de metodologia de contagem e conversão em UVP. As vias de acesso ao empreendimento são classificadas como vias locais, com baixo volume de circulação, sendo compatíveis com a demanda gerada pela atividade. Dessa forma, conclui-se que a ausência de tabulação de contagem de tráfego não compromete a análise de mobilidade urbana, não sendo necessária a apresentação de dados detalhados para o empreendimento em questão.	
Tabulação da contagem de tráfego a cada 15 minutos para hora do pico nos períodos matutino e vespertino para os dois sentidos, quando houver. <i>(Os dados brutos de toda a contagem de tráfego e sua tabulação dos dados apurados na contagem de tráfego, com classificação por tipo de veículo e conversão em Unidade de Veículo Padrão (UVP) devem estar em anexo)</i>	
Não se aplica	
Informar datas, dias da semana e horários de realização da contagem de tráfego.	Não se aplica, tendo em vista que não foi realizada contagem de tráfego para o empreendimento, conforme justificativa apresentada anteriormente, em função do seu porte reduzido e baixa geração de fluxo de veículos.
Apresentar a divisão de veículos por modal apurada na contagem de tráfego	
Não se aplica	

Informar a Capacidade da via:

Pode ser utilizado, simplificado, aproximação baseada em HCM(2010) onde:
Vias Expressas ou Transito Rápido até 3,0m de largura por faixa: 1700 UCP/h/faixa
Vias Expressas ou Transito Rápido mais 3,0m de largura por faixa: 2000 UCP/h/faixa
Vias Arteriais: 1800 UCP/h/faixa
Vias Coletoras e Subcoletoras: 1500 UCP/h/faixa
Vias Locais: 1000 UCP/h/faixa
**Descontar 10% da capacidade para cada condicionante abaixo:*

Condicionantes observados na via onde foi realizada a contagem de tráfego

Fatores restritivos geométricos, de tráfego e ambientais	(x) Sim () Não
Faixas de tráfego menores do que 3,5 m	(x) Sim () Não
Ausência de acostamentos ou afastamentos laterais livres de obstáculos ou restrições à visibilidade com largura igual ou superior a 1,80 m	(x) Sim () Não
Presença de zonas com ultrapassagem proibida	() Sim (x) Não
Tráfego não exclusivo de carros de passeio	(x) Sim () Não
Impedimento ao tráfego direto, tais como controles de tráfego ou veículos executando manobras de giro	() Sim (x) Não
Terreno acidentado	() Sim (x) Não

Apresentar e analisar a capacidade da infraestrutura viária e do nível de serviço atual das vias usando como referência a tabela de nível de serviço abaixo, conforme Highway Capacity Manual (HCM, 2010). Nos balneários, o estudo deve considerar a sazonalidade, bem como os Localizados na SC-401, SC-405, SC-406 e Rod. Admar Gonzaga (SC-404), considerando aumento de 40% de veículos na contagem de tráfego, caso seja feita em época de baixa temporada, ou apresentar bibliografia justificando valores diferentes de incremento.

$VT = \text{Número de UCPs na hora pico} / C = \text{Capacidade da via}$

VT/C	Níveis de Serviço	
< 0,3	A	Ótimo
0,31 a 0,45	B	Bom
0,46 a 0,70	C	Aceitável
0,71 a 0,85	D	Regular
0,86 a 0,99	E	Ruim
> 1,00	F	Péssimo

Considerando a inexistência de contagem de tráfego e o porte reduzido do empreendimento, a análise do nível de serviço das vias foi realizada de forma qualitativa.

As vias que atendem o empreendimento apresentam baixo volume de tráfego, com circulação predominantemente local, o que indica condições operacionais adequadas, com fluidez e ausência de congestionamentos.

Dessa forma, infere-se que o nível de serviço atual das vias pode ser classificado como bom a ótimo, compatível com a baixa demanda existente, não sendo necessária a aplicação de metodologia quantitativa baseada no Highway Capacity Manual (HCM, 2010).

Geração de viagens do empreendimento

Para o **setor residencial**, quando houver, pode ser utilizado o modelo de geração de viagens do ITE que consta na Rede PGV (2015).

(disponível em <http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php/pt-BR/70-conceitos-basicos/taxas>)

Número de Unidades Habitacionais	-																																																						
Número de vagas	-																																																						
Número de pessoas residentes na ocupação máxima	-																																																						
Volume gerado durante o dia																																																							
Para o número de UH	-																																																						
Para o número de veículos	-																																																						
Para o número de pessoas	-																																																						
Volume gerado na hora do pico da manhã																																																							
Para o número de UH	-																																																						
Para o número de veículos	-																																																						
Para o número de pessoas	-																																																						
Volume gerado na hora do pico da tarde																																																							
Para o número de UH	-																																																						
Para o número de veículos	-																																																						
Para o número de pessoas	-																																																						
Resultado mais desfavorável																																																							
Volume Gerado durante o dia	-																																																						
Volume Gerado na hora pico da manhã	-																																																						
Volume Gerado na hora pico da tarde	-																																																						
Para o setor comercial , quando houver, utilizar metodologia da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET-SP) para Polos Geradores de Viagens, a partir dos boletins técnicos 32 e 36. <i>(disponíveis na biblioteca virtual do órgão no site http://www.cetsp.com.br/consultas/publicacoes/boletins-tecnicos.aspx0)</i>																																																							
-																																																							
Apresentar a capacidade da infraestrutura viária e do nível de serviço com e sem o empreendimento para os seguintes momentos: ano do início da operação do empreendimento e após 2, 5 e 10 anos, considerando a taxa de projeção anual de crescimento da frota. Caso pertinente, incluir ano de início da implantação/obra. Comparar os resultados com a capacidade e nível de serviços atuais, identificando impactos do empreendimento. Usar tabela abaixo para cada sentido da via (não juntar) . Considerar na tabela o aumento de 40% de veículos nos casos de sazonalidade . Adotar uma taxa de crescimento anual de 3% com projeção geométrica.																																																							
<table border="1"> <tr> <th rowspan="4">Capacidade da via (UVP)</th> <th rowspan="4">Incremento de tráfego gerado pelo empreendimento</th> <th rowspan="4">Sem empreendimento</th> <th></th> <th>Ano atual</th> <th>Início da operação</th> <th>após 2 anos de operação</th> <th>Após 5 anos de operação</th> <th>Após 10 anos de operação</th> </tr> <tr> <td>Demanda de veículos em UVP</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor do Nível de serviço (VT/C)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nível de serviço</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <th rowspan="4"></th> <th rowspan="5"></th> <th rowspan="4">Com empreendimento</th> <th></th> <th>Ano atual</th> <th>Início da operação</th> <th>após 2 anos de operação</th> <th>Após 5 anos de operação</th> <th>Após 10 anos de operação</th> </tr> <tr> <td>Demanda de veículos em UVP</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor do Nível de serviço (VT/C)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nível de serviço</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>		Capacidade da via (UVP)	Incremento de tráfego gerado pelo empreendimento	Sem empreendimento		Ano atual	Início da operação	após 2 anos de operação	Após 5 anos de operação	Após 10 anos de operação	Demanda de veículos em UVP						Valor do Nível de serviço (VT/C)						Nível de serviço								Com empreendimento		Ano atual	Início da operação	após 2 anos de operação	Após 5 anos de operação	Após 10 anos de operação	Demanda de veículos em UVP						Valor do Nível de serviço (VT/C)						Nível de serviço					
Capacidade da via (UVP)	Incremento de tráfego gerado pelo empreendimento				Sem empreendimento		Ano atual	Início da operação	após 2 anos de operação	Após 5 anos de operação	Após 10 anos de operação																																												
						Demanda de veículos em UVP																																																	
						Valor do Nível de serviço (VT/C)																																																	
		Nível de serviço																																																					
		Com empreendimento		Ano atual	Início da operação	após 2 anos de operação	Após 5 anos de operação	Após 10 anos de operação																																															
			Demanda de veículos em UVP																																																				
			Valor do Nível de serviço (VT/C)																																																				
			Nível de serviço																																																				
Impactos e Análise de Mobilidade Urbana com o Empreendimento																																																							

(Tecer análise crítica sobre as características marcantes da mobilidade urbana e elencar as principais conclusões sobre os impactos decorrentes da implantação do empreendimento, máx. 3000 caracteres)

A mobilidade urbana na Área de Influência Direta (AID) caracteriza-se pela presença de vias locais de baixo fluxo, com circulação predominantemente residencial e pouca intensidade de tráfego, o que contribui para condições adequadas de deslocamento.

O acesso ao empreendimento ocorre por meio da Servidão Euclides Manoel Ferreira e da Servidão das Montanhas, vias classificadas como locais, que apresentam capacidade compatível com a demanda existente. A proximidade com a Rodovia João Gualberto Soares (SC-406), via arterial da região, contribui para a adequada distribuição dos fluxos no sistema viário.

A inserção do empreendimento não implica aumento significativo na geração de viagens, tendo em vista sua natureza operacional de pequeno porte, com movimentação eventual e de baixa intensidade, predominantemente associada a veículos leves.

Quanto ao transporte coletivo, verifica-se a presença de pontos de parada a aproximadamente 230 metros e 400 metros do empreendimento, possibilitando acesso caminhável ao sistema de transporte público e contribuindo para a integração com a mobilidade urbana da região.

No que se refere à circulação de pedestres, observa-se que o deslocamento ocorre de forma compartilhada com veículos, sendo compatível com o padrão das vias locais. Apesar da ausência de infraestrutura completa de acessibilidade, não foram identificadas barreiras significativas à mobilidade.

Dessa forma, conclui-se que o empreendimento não promove impactos relevantes na mobilidade urbana, sendo compatível com a capacidade do sistema viário existente, não demandando intervenções ou adequações no entorno.

3.7. Conforto Ambiental Urbano

Materiais na fachada do empreendimento

O empreendimento conta com fachada com alta reflexibilidade? Se sim, qual a sua porcentagem de ocupação? E sua posição solar.

Não

O empreendimento conta com algum outro material na fachada que possa contribuir para formação de ilhas de calor?

Não

O empreendimento conta com algum material na fachada que dê conforto ambiental para o exterior?

Sim

Ventilação e Iluminação

O empreendimento obstrui a iluminação solar de algum **equipamento comunitário público**? Se sim, indicar a faixa de horário e o período do ano (solstício).

Não

O empreendimento obstrui a iluminação solar das edificações do entorno? Se sim, indicar a faixa de horário e o período do ano (solstício).

Não

Conforto Ambiental

(Avaliar os impactos causados pela inserção do empreendimento na AID e no entorno imediato em relação ao conforto ambiental)

Poluição sonora

Construção

Não

Funcionamento

Não

Poluição do ar

Construção

Não

	Funcionamento	Não
Sujidades	Construção	Não
	Funcionamento	Não
Outros	Construção	Não
	Funcionamento	Não

Impactos na ventilação e iluminação natural de áreas adjacentes

(Avaliar a influência da volumetria e dos materiais do empreendimento na iluminação natural das áreas adjacentes (especialmente em áreas e equipamentos públicos, como AVL, unidades de saúde, ensino, etc.), máx. 2000 caracteres)

O empreendimento não exerce influência significativa na ventilação e iluminação natural das áreas adjacentes, considerando sua implantação nos fundos do lote e a ausência de edificações verticalizadas associadas à atividade.

A área de operação apresenta características abertas e baixa densidade construtiva, o que favorece a circulação de ar e não interfere na ventilação natural do entorno.

Quanto à iluminação solar, não foram identificados elementos construtivos capazes de gerar sombreamento relevante sobre imóveis vizinhos ou equipamentos comunitários, mantendo-se as condições naturais de insolação.

Dessa forma, conclui-se que o empreendimento não provoca impactos negativos na ventilação e iluminação natural das áreas adjacentes, sendo compatível com o padrão de ocupação urbana existente.

3.8. Paisagem Urbana e Patrimônio Natural e Cultural

Caracterização e análise da paisagem e patrimônio atual

(Abordar os elementos e os valores naturais, patrimoniais, artísticos e culturais presentes na AID. Incluir fotos e descrição, máx. 3000 caracteres)

A Área de Influência Direta (AID) apresenta paisagem urbana caracterizada predominantemente por ocupação residencial de baixa densidade, com edificações unifamiliares e construções de pequeno porte, distribuídas ao longo de vias locais.

Observa-se a presença de áreas livres e vegetação remanescente, especialmente em lotes não edificadas e nas áreas periféricas, contribuindo para a permeabilidade visual e ambiental da região. O entorno imediato também apresenta usos mistos de baixa intensidade, com pequenas atividades comerciais e serviços compatíveis com o uso residencial.

No que se refere ao patrimônio natural, destacam-se áreas com cobertura vegetal e espaços abertos, que auxiliam na manutenção do equilíbrio ambiental local. Não foram identificados corpos hídricos relevantes na AID.

Quanto ao patrimônio cultural, histórico ou artístico, não foram identificados bens tombados, áreas de preservação cultural (APC) ou elementos de valor patrimonial significativo na área de estudo.

A inserção do empreendimento não altera de forma relevante a paisagem urbana existente, uma vez que sua implantação ocorre nos fundos do lote, com baixa visibilidade a partir da via pública e sem interferência na composição visual predominante do entorno.

Dessa forma, conclui-se que o empreendimento é compatível com a paisagem urbana local e não gera impactos significativos sobre o patrimônio natural e cultural da AID.

Impactos pertinentes

(Avaliar os impactos do empreendimento em relação à Paisagem Urbana, Patrimônio Natural e Cultural)

Descrever os elementos da paisagem urbana impactados e quais os impactos gerados pelo empreendimento.

(Definir na Matriz de Análise dos Impactos Urbanísticos, posteriormente, as medidas mitigatórias pertinentes para cada impacto)

Os elementos da paisagem urbana potencialmente impactados pelo empreendimento restringem-se ao entorno imediato do lote, especialmente no que se refere ao aspecto visual e à organização do espaço. Considerando a natureza da atividade, o principal impacto está relacionado à percepção visual do armazenamento de materiais recicláveis, podendo gerar interferência pontual na estética urbana caso não haja adequado ordenamento interno.

No entanto, destaca-se que o empreendimento está implantado nos fundos do lote, com baixa visibilidade a partir da via pública, o que reduz significativamente sua interferência na paisagem urbana.

Não foram identificados impactos sobre o patrimônio natural, uma vez que não há presença de áreas ambientalmente sensíveis ou elementos naturais relevantes na Área de Influência Direta (AID).

Da mesma forma, não foram identificados impactos sobre o patrimônio cultural, não havendo bens tombados, áreas de preservação cultural ou elementos de valor histórico na área de estudo.

Os impactos identificados são de baixa magnitude, localizados e controláveis, não comprometendo a qualidade da paisagem urbana.

Como medidas mitigadoras, recomenda-se a organização e disposição adequada dos materiais armazenados, a manutenção da limpeza e ordenamento do terreno e o controle visual da área de operação.

Dessa forma, conclui-se que os impactos sobre a paisagem urbana e o patrimônio natural e cultural são reduzidos e compatíveis com o uso do entorno.

Descrever os elementos do Patrimônio Natural impactados e quais os impactos gerados pelo empreendimento.

(Definir na Matriz de Análise dos Impactos Urbanísticos, posteriormente, as medidas mitigatórias pertinentes para cada impacto)

Na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento não foram identificados elementos significativos de patrimônio natural como florestas, matas nativas preservadas, lagoas, cursos d'água, manguezais, dunas ou áreas de preservação permanente formalmente instituídas. A área apresenta ocupação predominantemente antrópica, com uso consolidado e ausência de cobertura vegetal relevante.

Dessa forma, os impactos ambientais diretos sobre o patrimônio natural são considerados **baixos**.

Ainda assim, podem ocorrer impactos pontuais decorrentes da atividade, tais como:

- Impermeabilização do solo em áreas já antropizadas;
- Geração de resíduos provenientes da atividade de reciclagem;
- Possível alteração da qualidade do solo em caso de manejo inadequado dos materiais.

Como medidas mitigadoras, recomenda-se:

- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- Organização e controle do armazenamento de materiais recicláveis;
- Manutenção da área limpa e livre de acúmulos irregulares;
- Adoção de práticas que evitem contaminação do solo.

Descrever os elementos do Patrimônio Cultural impactados e quais os impactos gerados pelo empreendimento.

(Definir na Matriz de Análise dos Impactos Urbanísticos, posteriormente, as medidas mitigatórias pertinentes para cada impacto)

Na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento não foram identificados bens tombados, monumentos históricos, museus, sítios arqueológicos ou conjuntos urbanos de relevância cultural. A área apresenta caráter predominantemente funcional, com uso voltado a atividades urbanas e de serviços, não havendo registros de elementos culturais sensíveis no entorno imediato.

Dessa forma, os impactos sobre o patrimônio cultural são considerados **inexistentes ou irrelevantes**.

Eventuais impactos indiretos podem estar relacionados a:

- Alterações visuais da paisagem urbana;

- Percepção estética do entorno.

Como medidas mitigadoras, recomenda-se:

- Manutenção da organização e limpeza do empreendimento;
- Controle visual da área (evitando acúmulo desordenado de materiais);
- Adequação do uso à legislação urbana vigente.

Anexos:

Consulta de Viabilidade de Construção

Consulta de Viabilidade Ambiental

Consulta de Viabilidade Resíduos Sólidos

Consulta de Viabilidade Água

Consulta de Viabilidade Esgotamento Sanitário

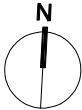
Consulta de Viabilidade Energia Elétrica

Mapas em alta resolução

Situação e Localização com passeios, acessos e egressos

Levantamento expedito da infraestrutura do entorno.





PORTAO DE PEDESTRES

A
SERVIDAO
NAO
POSSUI
PASSEIO
EXISTENTE

SERVIDAO
DAS
MONTANHAS

MUROS
H=1,80M

652

AREA
COBERTA
ABERTA
43.54M²

680

2068

RECICLAGEM
AREA
ABERTA
DESCOBERTA
A=221,44M²

MUROS
H=1,80M

2744

unidade
residencial
sem acesso
ao lote

250

500

+0.10

ALINHAMENTO DO TERRENO

portão de
correr

A
SERVIDAO
NAO
POSSUI
PASSEIO
EXISTENTE

250

500

CARGA E
DESCARGA

MEIDOR
AGUA E LUZ

DE
PEDESTRE

+0.00

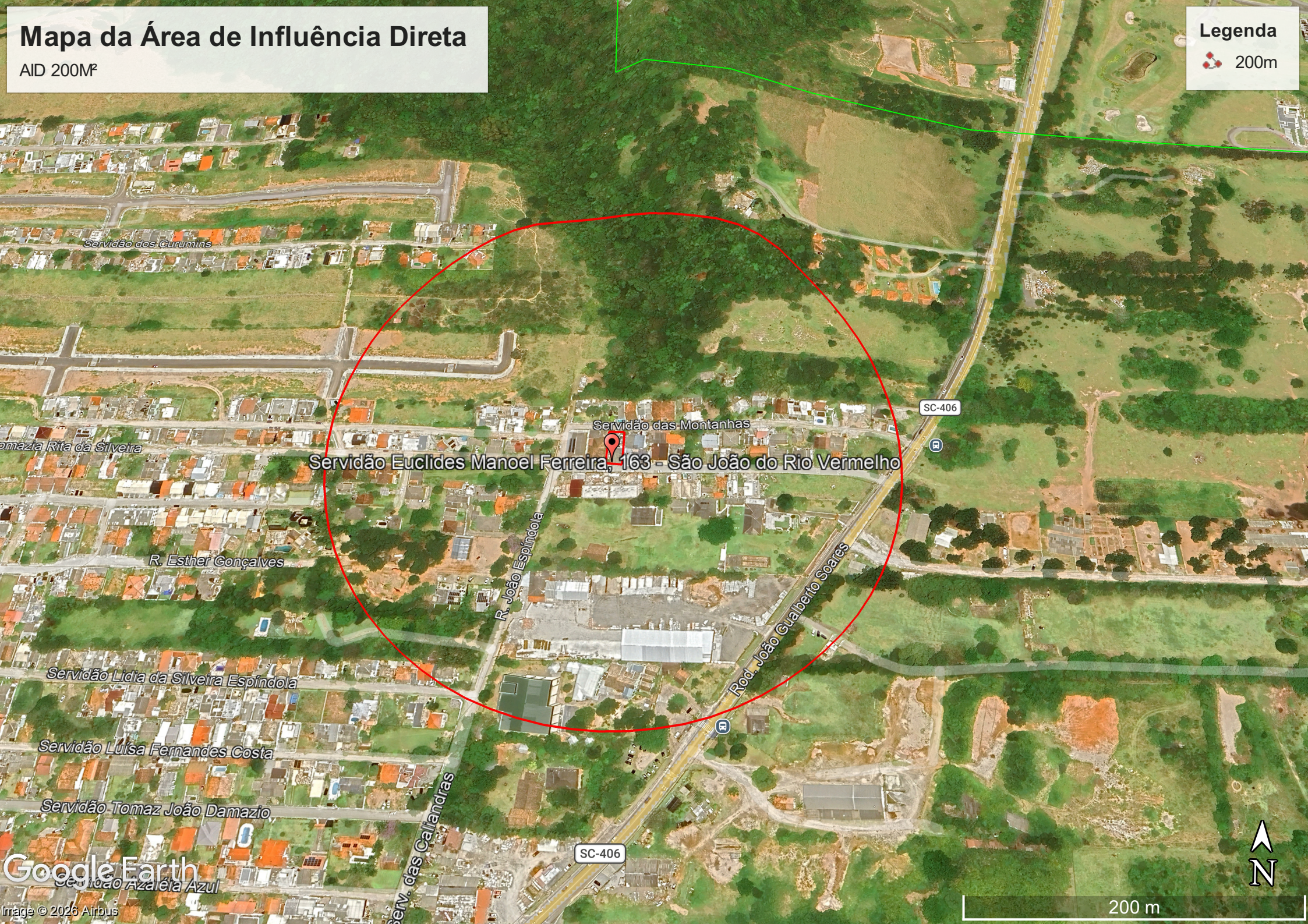
SERVIDAO
EUCLIDES
MANGEL
FERREIRA

Mapa da Área de Influência Direta

AID 200M

Legenda

200m



Servidão Euclides Manoel Ferreira, 163 - São João do Rio Vermelho

Servidão das Montanhas

Servidão dos Curumins

Servidão Rita da Silveira

R. Esther Gonçalves

Servidão Lúcia da Silveira Espíndola

Servidão Lúcia Fernandes Costa

Servidão Tomaz João Damazio

Google Earth

Serv. das Callandras

Image © 2026 Airbus

SC-406

SC-406

200 m



Mapa da Área de Influência Indireta

AID 600M²

Legenda

 600m²



Google Earth

© 2026 Google
Image © 2026 Airbus

Mapa da Área de Influência Indireta

AID 200M²

Legenda

 200m²

 Escola Expressão viva

Servidão Euclides Manoel Ferreira, 163 - São João do Rio Vermelho

Escola Expressão viva

Google Earth

Image © 2026 Airbus

200 m





Análise de Uso e Ocupação do Solo

AID 200M

Legenda

- Área Residencial
- Área Institucional
- Empreendimento
- Aid 200m²



Caracterização do sistema viário da AID e Empreendimento

Legenda

VIA ARTERIAL

VIA LOCAL

VIA LOCAL

VIA LOCAL

 Empreendimento

Empreendimentos

Überprüfen Sie die Voraussetzungen

Verdächtig das Morbidity

अवधि: १० दिनों के लिए

Barotoli, 1992



Image © 2026 Airbus

200 m





Rotas de Acesso ao Empreendimento

Legenda

- Rota Principal
- Rota Secundária
- Empreendimento

